



RETOMANDO CAMINHOS: Políticas de Saúde Mental após a asfixia civilizatória

Em 2023, após quatro anos, reuniram-se, na simbólica data de 18 de maio, o recém-criado Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde (MS), coordenadores de saúde mental dos estados brasileiros e representantes de movimentos sociais e de universidades. Um momento emocionante, com “a cara” do campo da saúde mental. Momento de retomada, reconstrução, de afirmação da esperança de um futuro com mais saúde mental e de compromissos com uma rede de saúde eficaz, efetiva e eficiente. Uma abertura para trocas de informações científicas e experiências do cuidado, discussão de políticas, vivência social e apresentações culturais.

Em 2023, décimo quinto ano de existência de Cadernos Brasileiro de Saúde Mental (CBSM), anuncia-se um novo momento para as políticas públicas no Brasil e uma nova etapa do ciclo civilizatório do país, com novos arranjos institucionais e governamentais. Os obstáculos são muitos e os recursos ainda limitados para uma área com muitas especificidades. O novo Departamento de Saúde Mental inspira confiança e apresenta-se com coerência, priorizando a expansão da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e reconhecendo as dificuldades para a promoção, manutenção e recuperação da saúde mental de crianças, jovens, adultos e idosos de todas as classes em todo o país. A necessidade de planejamento, articulação, comando e ação, ressaltada na reunião de 18 de maio, induzem uma atmosfera de otimismo balanceada pela consciência da difícil realidade.

Os primeiros sinais de uma retomada promissora dos rumos da saúde mental já se tem feito sentir, inclusive em outras arenas. A previsão da derrubada da Portaria 3.588/2017, desprivilegiando ações iatrogênicas, como o incentivo a leitos psiquiátricos em regime asilar e a ambulatorização dos serviços movimentou o campo, assim como a promulgação da Portaria 487/2023, que visa operacionalizar a já extensamente discutida extinção dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP).

A precarização da RAPS, exacerbada nos últimos cinco anos, pode ser interpretada como uma estratégia de desmonte da coesão entre os serviços e os usuários.. Desta forma, afirma-se a relevância do controle social na atuação em prol das lutas de base, tais como a oposição à lógica manicomial e à privatização do sistema de saúde e a necessidade e o apoio a uma formação acadêmica alinhada com a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) na sua integralidade.

No atual momento, iniciativas como a do Departamento de Saúde Mental se impõem como uma importante ação governamental em prol da superação das situações que, produzidas em série durante a crise da institucionalidade democrática que vivemos, promovam o fortalecimento da produção da justiça real, devolvendo às instituições públicas a autonomia operacional e o reconhecimento aos seus percursos democráticos. Além disso, tais iniciativas devolvem a esperança de que os sujeitos alvejados pelas políticas perversas dos últimos cinco anos, passem a adquirir visibilidade e proteção real às suas vidas.

Esperamos que os artigos e produções artísticas que compõem este volume de CBSM contribuam para a construção cotidiana de formação, trabalho, gestão de instituições e serviços solidários, cuja ética garanta o pensamento crítico e o cuidado integral às populações em sua diversidade. Ainda que as mudanças políticas em curso no Brasil possam contribuir para a alteração dos rumos das políticas públicas de saúde e para a mobilização social necessária para a garantia da participação popular, cabe a cada um de nós manter a atenção permanente para a consolidação de uma política de saúde mental humanizada, democrática e plena de justiça.

Walter Ferreira Oliveira

<https://orcid.org/0000-0002-1808-0681>

Carlos Alberto Severo Garcia Jr.

<https://orcid.org/0000-0003-3367-4151>

